



PARALISIA FLÁCIDA AGUDA/POLIOMIELITE

Ano Base - 2021

O QUE É?

A **poliomielite** é uma doença infectocontagiosa viral aguda, caracterizada por um quadro de paralisia flácida, de início súbito. O déficit motor instala-se subitamente e sua evolução, frequentemente, não ultrapassa 3 dias.



Acomete em geral os membros inferiores, de forma assimétrica, tendo como principais características a flacidez muscular, com sensibilidade preservada e a ausência de reflexos no segmento atingido.

Seu agente etiológico é o Poliovírus, sorotipos 1, 2 e 3, pertencentes ao gênero *Enterovirus*, família *Picornaviridae*.

DEFINIÇÃO DE CASO



1. Todo caso de deficiência motora flácida, de início súbito, em indivíduos com **menos de 15 anos** de idade, independentemente da hipótese diagnóstica de poliomielite.

2. Caso de deficiência motora flácida, de início súbito, em indivíduo de qualquer idade, com história de viagem a países com circulação de poliovírus (Paquistão e Afeganistão) nos últimos 30 dias que antecedem o início do déficit motor, ou contato no mesmo período com pessoas que viajaram para países com circulação de poliovírus selvagem e apresentaram suspeita diagnóstica de poliomielite.



NOTIFICAÇÃO:

A Portaria GM/MS nº 1.164 de 24 de maio de 2022, vinculada à [PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 4 GM/MS, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017](#), que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços públicos e privados, refere que a Poliomielite/Paralisia Flácida Aguda-PFA é uma doença de notificação imediata para o nível estadual, devendo ser comunicada em até 24 horas ao CIEVS – 82 3315-2059, a partir da suspeição da doença e notificada no SINAN através da [FICHA DE INVESTIGAÇÃO POLIOMILETE/PARALISIA FLÁCIDA AGUDA](#).

Além disso, todo caso **SUSPEITO** de **Poliomielite** associada à vacina (PAV) **E/OU** Poliovírus derivado vacinal (PVDV) deve ser notificado no Sistema de Informação de Eventos Adversos Pós-Vacinação (e-SUS Notifica), por intermédio da [FICHA DE INVESTIGAÇÃO/NOTIFICAÇÃO DE EVENTO ADVERSO PÓS-VACINAÇÃO](#).

EM ALAGOAS



Conforme apresenta o **Tabela 1**, entre os anos de 2017-2021, foram notificados 42 casos de Paralisia Flácida Aguda/Poliomielite, sendo todos descartados. O ano de 2021 apresentou o maior número de notificações 14 (33,3%) e 2017 o menor 5 (11,9%). Os anos de 2018, 2019 e 2020 apresentaram 6 (14,3%), 9 (21,4%) e 8 (19,1%), respectivamente, conforme apresenta o **Gráfico 1**.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ANUAL

PARALISIA FLÁCIDA AGUDA/POLIOMIELITE

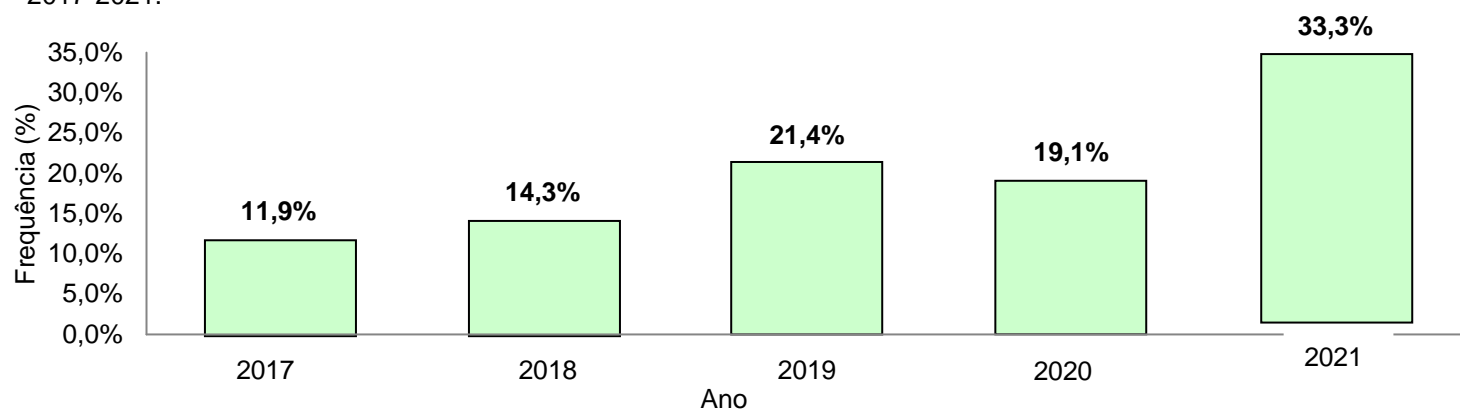
Ano Base - 2021

Tabela 1. - Distribuição dos casos notificados de Paralisia Flácida Aguda/Poliomielite por classificação final, Alagoas, 2017-2021.

CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Notificados	5	6	9	8	14	42
Confirmados	0	0	0	0	0	0
Descartados	5	6	9	8	14	42
Em investigação	0	0	0	0	0	0

Fonte: SINAN NET / SUVISA / GVCDDT / NDIP. Dados tabulados e congelados em 17/01/2022, sujeitos a revisão.

Gráfico 1 - Distribuição dos casos notificados de Paralisia Flácida Aguda/Poliomielite por classificação final, Alagoas, 2017-2021.



Fonte: SINAN NET / SUVISA / GVCDDT / NDIP. Dados tabulados e congelados em 17/01/2022, sujeitos a revisão.

Das 42 notificações de Paralisia Flácida Aguda/Poliomielite entre os anos de 2017 a 2021, 40 (95,2%) realizaram a coleta de fezes (**Gráfico 2**). Entretanto, das 40 coletas de fezes realizadas, apenas 30 (75%) foram coletas oportunas ficando abaixo da meta (80%), visto que a amostra de fezes é o material mais adequado para o isolamento do poliovírus (**Gráfico 3**).

Embora os pacientes com poliomielite eliminem poliovírus durante semanas, os melhores resultados de isolamento são alcançados com amostras fecais coletadas na fase aguda da doença, ou seja, **ATÉ O 14º DIA DO INÍCIO DA DEFICIÊNCIA MOTORA**. Todo caso conhecido deverá ter uma amostra de fezes, coletada no máximo até **60 dias** após o início da deficiência motora.

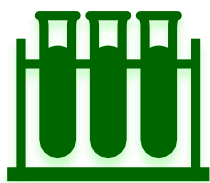
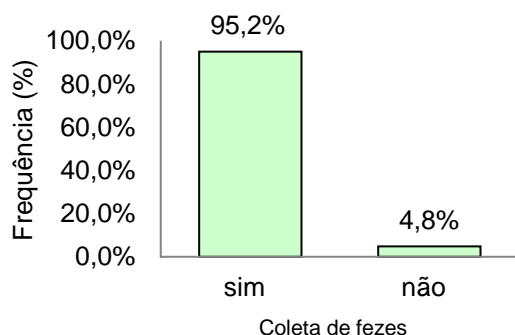
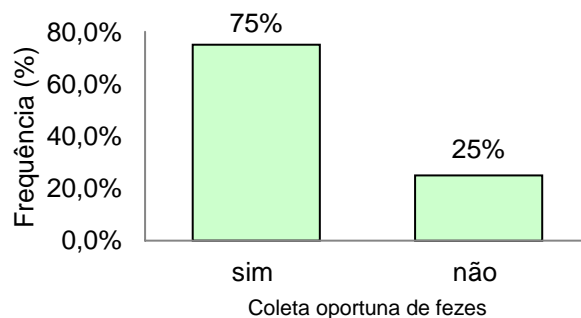


Gráfico 2 – Percentual de realização de coleta de fezes para pesquisa do poliovírus. Alagoas, 2017-2021.



Fonte: SINAN NET / SUVISA / GVCDDT / NDIP. Dados tabulados e congelados em 17/01/2022, sujeitos a revisão.

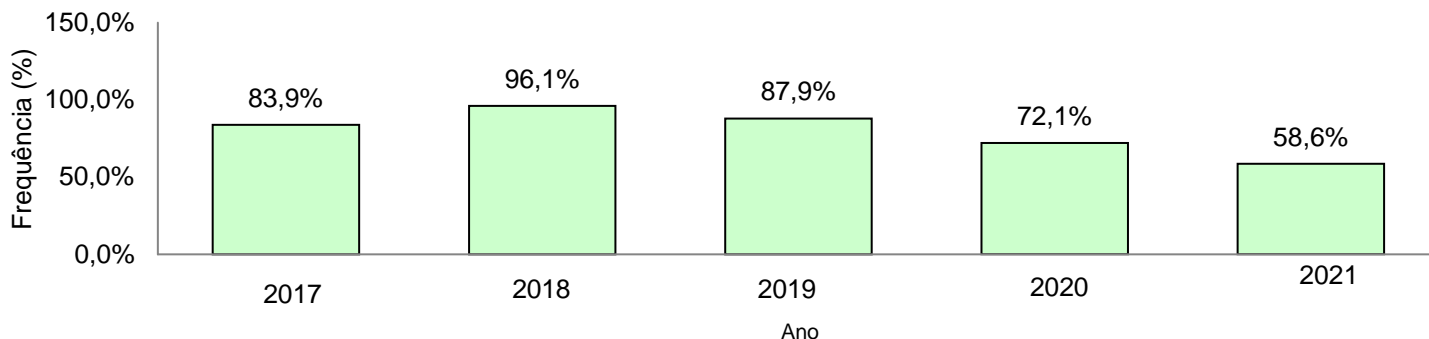
Gráfico 3– Percentual de coleta oportuna de fezes para Paralisia Flácida Aguda/Poliomielite . Alagoas, 2017-2021.



Fonte: SINAN NET / SUVISA / GVCDDT / NDIP. Dados tabulados e congelados em 17/01/2022, sujeitos a revisão.

Conforme apresenta o **Gráfico 4**, em relação a cobertura vacinal contra a poliomielite em Alagoas, entre os anos de 2017 a 2021, observa-se uma considerável redução nos últimos 4 anos, sendo o ano de 2018 (96,1%) o único a atingir a meta de 95%. O ano de 2021 apresentou a menor taxa de cobertura vacinal (58,6%).

Gráfico 4 – Cobertura vacinal contra Poliomielite . Alagoas, 2017-2021.



Fonte: SIPNI. Dados extraídos em 18/01/22, sujeitos a revisão.

O que preciso saber?



- ✓ Não há tratamento específico para a poliomielite;
- ✓ Todos os casos devem ser hospitalizados, procedendo-se ao tratamento de suporte, de acordo com o quadro clínico do paciente;
- ✓ Caso haja suspeita de infecção por Poliovírus selvagem ou Poliovírus derivado vacinal (PVDV) em pacientes internados, orienta-se a tomada de precauções entéricas durante o período de transmissibilidade (6 semanas);



- ✓ Realizar reavaliação (revisita) com 60 dias do déficit motor;
- ✓ A vacinação com VIP (2,4 e 6 meses de idade) e reforços com VOP (15 meses e 4 anos de idade) é a principal medida de prevenção da poliomielite;



- ✓ Notificação e investigação IMEDIATA de TODO caso de PFA identificado entre viajantes provenientes de países com circulação de poliovírus (selvagem ou derivado da vacina), independente da idade e coleta oportuna (até 14 dias do início da deficiência motora) de uma amostra de fezes para pesquisa de enterovírus dos casos de PFA;



- ✓ Realização da BUSCA ATIVA de casos de PFA institucional e comunitária em municípios que habitarem viajantes provenientes dos países endêmicos para poliomielite;
- ✓ Manter a rotina de BUSCA ATIVA municipal e vigilância da PFA em menores de 15 anos.

Elaboração:

Cyndi Myrelle da S. Barros Romão

Enfermeira Infectologista/Vigilância dos Agravos Imunopreveníveis - DTP-PFA | ATI/GVCDT/SUVISA

Revisão: Diego Hora

Vigilância dos Agravos Imunopreveníveis – 3315-1671

E-mail: vigimunopreveniveis@gmail.com / cyndi.romao@saude.al.gov.br

Avenida da Paz, Nº 1.068 (Anexo 5 da SESAU) - Sala 304 - Jaraguá, Maceió/AL - CEP: 57.035-550